

Impostos crescem R\$ 13 bi em 1999

Vicente Nunes
de Brasília

O pacote fiscal baixado ontem pelo governo prevê um aumento de impostos de R\$ 13,269 bilhões em 1999, correspondente a 1,46% do Produto Interno Bruto (PIB) e a 47,38% do ajuste de R\$ 28 bilhões prometido pela equipe econômica para o equilíbrio das contas públicas. A maior parte dessa conta será coberta pelo aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que, se o Congresso aprovar, subirá no ano que vem de 0,2% para 0,38%. Essa elevação resultará em receitas extras de R\$ 7,294 bilhões aos cofres do Tesouro Nacional.

Pela proposta do governo, a CPMF cairá para 0,3% nos dois anos seguintes de vigência do Plano de Estabilização Fiscal (PEF), permitindo arrecadação adicional de R\$ 4,257 bilhões em 2000 e de R\$ 4,516 bilhões em 2001. No total, as receitas extras originárias do aumento de impostos atingirão R\$ 11,407 bilhões em 2000 e R\$ 11,966 bilhões no ano seguinte. "Esse aumento de impostos e os cortes de gastos evitarão que o País caminhe para a insolvência fiscal", admitiu o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

O governo irá ainda, segundo Parente, editar uma medida provisória aumentando a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que incide sobre o faturamento das empresas, de 2% para 3%. Nesse caso, a arrecadação adicional será de R\$ 3,375

bilhões em 1999, de R\$ 4,5 bilhões no ano seguinte e de R\$ 4,750 bilhões em 2001. O aumento da Cofins poderá, no entanto, ser compensado no Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ).

A decisão da equipe econômica de aumentar a Cofins teve como objetivo, segundo Parente, tornar mais eficiente o "planejamento fiscal". Ou seja, combater a sonegação. A Receita Federal constatou que as empresas brasileiras faturaram, por ano, R\$ 700 bilhões. Há um conjunto delas, com faturamento de R\$ 300 bilhões, que não recolhe um centavo

Maior tributação corresponde a 47,38% do ajuste total de R\$ 28 bilhões para equilíbrio das contas públicas

de Imposto de Renda (IR), ou por apresentarem prejuízos ou por algum tipo de manobra contábil.

Outro grupo, com receita total de R\$ 250 bilhões, recolhe até 1% do faturamento em IR. Um terceiro, que movimenta R\$ 150 bilhões, paga mais de 1% do faturamento em IR. "O aumento da Cofins constitui instrumento indispensável de captação de recursos para o equilíbrio fiscal, sem elevar a carga tributária das pequenas e médias empresas, que fazem opção pelo regime tributário do lucro presumido", disse Parente. Nesses casos, existe a hipótese de compensação no IR devido.

O aperto fiscal anunciado pelo

governo deixou de fora, pelo menos num primeiro momento, os bancos. A justificativa de Pedro Parente foi a de que a Receita Federal e o Banco Central ainda não tinham chegado a um consenso sobre o assunto. "Trata-se de um tema complexo, com disputas de todos os lados", afirmou. O governo já vem tentando cobrar a Cofins de instituições financeiras há vários anos, mas os bancos alegam na Justiça que não podem pagar esse imposto por não terem faturamento.

De qualquer forma, o governo incluiu no pacote fiscal de R\$ 28 bilhões uma receita extra de R\$ 1,2 bilhão no ano que vem, com a cobrança da Cofins dos bancos. A equipe econômica acredita que esse dinheiro pode acabar entrando no caixa do Tesouro, caso se chegue a um acordo prevendo que, ao recolherem a Cofins, os bancos tenham um abatimento na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), cuja alíquota é de 18%. As microempresas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) não serão atingidas pelo aumento da Cofins.

A necessidade premente de aumentar receitas levou o governo a avançar até sobre os depósitos judiciais, dívidas cobradas pela Receita Federal e pela Previdência Social, mas questionadas na Justiça pelos contribuintes. A meta é incorporar R\$ 1,4 bilhão à conta única do Tesouro em 1999, R\$ 1,45 bilhão em 2000 e R\$ 1,5 bilhão em 2001. ■